

# O mundo mudou, mas a escola (no Brasil), não!

» MOZART NEVES RAMOS

Titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto e professor emérito da UFPE

Resistimos em não mudar e vamos pagar um preço muito alto. O nosso ensino é ainda sedimentado no conteudismo num cenário disruptivo, e isso não combina. Continuamos firmes olhando apenas para o retrovisor e nos esquecemos, ou não queremos, olhar para onde aponta o farol. Em outras palavras, continuamos a preparar nossos estudantes para o passado do professor, e não para o futuro que há de vir.

Não quero aqui deixar de reconhecer alguns avanços que o país alcançou, em particular nessas últimas três décadas. Cito a título de exemplo, políticas públicas de financiamento e de avaliação do ensino extremamente robustas com as implantações do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), respectivamente. O Brasil criou, em 2007, um indicador de qualidade para a educação com o advento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e, com ele, foi possível instituir metas para as redes públicas de ensino.

Apesar disso, o país avançou muito pouco no campo da aprendizagem escolar e na redução das desigualdades educacionais. Para sair dessa quase estagnação, é preciso reconhecer que as escolas precisam mudar. A solução não está apenas na tecnologia, mas, sem ela, não vamos conseguir na dimensão de que precisamos. Precisamos incluir, em seu portfólio, as novas plataformas digitais, além de preparar professores para o uso adequado da inteligência artificial no processo de ensino e de aprendizagem. Mas como fazer isso se a maioria das escolas públicas não está nem sequer conectada a uma boa



rede de internet? Sem falar que uma grande parte dos professores está no nível 2 de competências digitais, em uma escala de 1 a 5 (mais alto), desenhada pelo Centro de Inovação da Educação Brasileira (Cieb).

A partir de 2025, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), vai focar em competências tecnológicas para medir o aprendizado dos alunos na faixa etária de 15 anos. A edição Aprendendo no Mundo Digital avaliará também a aprendizagem autorregulada e a investigação computacional e científica.

Como mostrou Silvio Meira — um visionário nesses tempos disruptivos — em seu texto *A escola e a virtualização do aprendizado*,

nos Estados Unidos, a partir de 2025, todas as escolas públicas e quase todas as salas de aulas estarão na rede, com menos de 10 alunos por computador, em média. Isso a um custo anual de pouco mais de R\$ 200 por aluno/ano. Só que o investimento em habilitação docente para enfrentar os desafios das novas tecnologias está em cerca de R\$ 20 por aluno/ano, contra os R\$ 60 por aluno/ano recomendado pelo Departamento (Ministério) de Educação daquele país. Como resultado, apenas 10% dos professores se acham muito bem preparados para usar as tecnologias na sala de aula, conclui Silvio.

Mas não estamos apenas falando de competências digitais, de novas tecnologias e suas plataformas, mas também de outras que são igualmente importantes para se viver nesse novo ambiente, como a criatividade e o pensamento crítico. Na sua última edição de 2022, o Pisa trouxe como grande novidade a mensuração do pensamento criativo e de sua relação com a proficiência escolar em leitura, matemática e ciências. Singapura, Coreia do Sul, Canadá, Nova Zelândia, Estônia e Finlândia obtiveram os melhores resultados em termos de pensamento criativo, com um escore médio por aluno de 36 pontos, enquanto a média da OCDE foi de 33 pontos. Singapura obteve o melhor resultado com 41 pontos. O Brasil obteve apenas 23 pontos.

Qual a importância disso para o aprendizado escolar? As pesquisas mostram que há uma relação direta de maiores níveis de aprendizagem escolar em estudantes com tais competências mais desenvolvidas, como aqui mostrou o Pisa para o pensamento criativo. Porém, o mais importante desse relatório da OCDE foi a clara sinalização de que a escola do futuro não pode ser mais conteudista. E o futuro chegou!

## Transição do IBS: riscos para estados, municípios e o DF

» FÁBIO HENRIQUE DE SOUSA MACEDO

Presidente da Federação Nacional dos Auditores e Fiscais de Tributos Municipais (Fenafim)

» FRANCELINO VALENÇA

Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)

A aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo causou euforia no mercado, um otimismo quase desenfreado por parte de alguns gestores públicos e trouxe um sentimento de modernização do sistema que embalou até os mais céticos. Contudo, após o êxtase, a necessária regulamentação tem apresentado algumas adversidades — entre elas, o risco do abalo nas finanças dos entes subnacionais em decorrência do ataque ao princípio constitucional da eficiência.

Para alcançar os objetivos do pacto social firmado no fim do século passado, foi realizada uma reforma administrativa em 1998. A reforma visava introduzir no ordenamento constitucional mudanças para reestruturar o Estado e redefinir seu papel e forma de atuação, buscando um equilíbrio duradouro. Entre as mudanças, destaca-se a introdução do princípio da eficiência na administração pública, beneficiando, como esperado, a sociedade.

A Reforma Tributária sobre o consumo irá promover uma considerável redistribuição de receitas entre estados e municípios em virtude do acertado critério de partilha do imposto sobre bens e serviços (IBS), que passa da origem (onde se produz) para o destino (onde se consome). Para atenuar os impactos nos orçamentos dos entes federados que perderão recursos,

foi proposta uma transição da partilha das receitas, sendo retido inicialmente 90% da arrecadação do IBS de todos os entes subnacionais para dividir por um critério que deve observar a arrecadação anterior dos impostos atuais.

Ainda durante a tramitação da proposta que viria a se tornar a Emenda Constitucional 132, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou um relatório sobre esse conteúdo, a pedido do Senado Federal, em relação à participação dos municípios menos populosos na fiscalização do novo IBS. O TCU foi enfático ao afirmar que há um desincentivo para esses entes fiscalizarem e arrecadarem seus próprios tributos, pois recebem de repasses de outras esferas de governo em torno de 90% de todos os seus recursos.

Infelizmente, a proposta apresentada pela Secretaria Especial da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda abandonou a ideia debatida no Senado de estimular a eficiência das administrações tributárias, contrariando notadamente o princípio constitucional da eficiência. O texto apresentado coloca quase todos os entes federados dependentes de repasses consideráveis do Comitê Gestor, órgão central arrecadador do IBS, em situação semelhante à dos pequenos municípios, que não fiscalizam nem

arrecadam seus próprios tributos por ter garantido 90% de sua receita.

A reversão desse temeroso cenário, caso se concretize, deverá levar décadas. E o risco efetivo de queda de receita repassada para todos é considerável. Prenuncia-se o efeito free-rider, quando parte de um grupo se aproveita do trabalho dos demais e não contribui para o esforço coletivo, como apontado pelo TCU.

Com a materialização da queda de repasses na transição, os entes federados deverão estabelecer e aumentar suas alíquotas do IBS para repor as anunciadas perdas. Em consequência desse movimento, o Senado, forçosamente, acionará o dispositivo constitucional que limita a carga tributária nacional, reduzindo as alíquotas de referência do IBS, o que acarretará uma retenção menor dos entes para a partilha de repasses da transição.

É imprescindível e urgente estabelecer mecanismos que considerem o bom desempenho das administrações tributárias para o perfeito funcionamento do novo sistema a ser efetivado, privilegiando o princípio da eficiência, proporcionando uma melhora das finanças públicas para os entes mais bem estruturados, sem prejudicar aqueles que poderão perder contribuintes em virtude dos rearranjos econômicos em decorrência da Reforma Tributária.

### Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Adultos mirins

Um fenômeno dos tempos atuais que tem chamado muito a atenção de psicólogos e mesmo de áreas ligadas à antropologia e à sociologia tem deixado em estado de choque não apenas os pais, mas também muitos setores da sociedade e, sobretudo, dentro do governo e da política. Trata-se da chamada síndrome do imperador.

Diagnosticada nos fins do século 20 por psiquiatras europeus e que, em sua origem, foi observada apenas no comportamento voluntarioso de certas crianças dentro do círculo familiar, essa síndrome decorre basicamente do comportamento narcísico dos pais que, por meio de uma postura “neuroótica” e, de certa forma, doentia passam a acreditar na ideia de que têm a obrigação de fazer seus filhos felizes a qualquer custo. Com isso, constroem um mundo em torno da criança em que a frustração ou quaisquer tipos de obstáculos da vida desaparecem como por um passe de mágica. Dessa maneira, os pais vão dando vida aos pequenos tiranos, impedidos de crescer e de sentir as múltiplas contrariedades reais apresentadas pela vida.

Esses pequeninos não são capazes de esperar, criar, negociar, ceder ou se frustrar. Da família, que é a célula da sociedade, esses “adultos mirins” saem e vêm compor muitos setores da vida adulta, inclusive dentro do Estado e do governo. E é aí que o perigo mora. É verdade que ainda são muito incipientes as pesquisas que indicam, dentro de parâmetros científicos, que essas e outras características dessa síndrome estão presentes em indivíduos com relevantes cargos ou funções dentro dos governos. Não só no Brasil, mas em muitos outros países na atualidade.

Ocorre, no entanto, que esse comportamento exótico tem sido observado com frequência cada vez maior nas atitudes e mesmo na condução de assuntos de grande importância para toda a sociedade, e não raro culminam em atitudes que deixam transparecer sinais de que se tratam de adultos com comportamento infantil e birrento, que não admitem contestações, são intransigentes e não cedem a argumentos mesmo quando estão diante de fatos indiscutíveis.

Em alguns casos, quando alçados a posições em que lhes permitem confeccionar ou executar leis, não se intimidam em criá-las ou impô-las, visando objetivamente dar proeminência a si e aos seus grupos de apoio.

Tem sido cada vez mais comum associar o comportamento de certos políticos com a síndrome do imperador. Um apanhado mais atento na biografia de algumas dessas destacadas autoridades da atualidade revela que muitas dessas lideranças que estão conduzindo os destinos de nações inteiras apresentavam, desde a infância, características fortes e marcantes que compõem o perfil do indivíduo com a síndrome do imperador.

Isso é um problema evidente dentro do mundo político, embora se saiba, desde a fundação do Estado, que o poder político se baseia na posse dos instrumentos com os quais se exerce não apenas a força física, mas as vontades e os humores dos mandatários.

Não é por outro motivo que muitas prioridades da sociedade passam a ser subordinadas às prioridades do grupo dominante e intransigente. Assim é que esses “imperadores” começam a reivindicar também o monopólio da força, dentro de princípios de relações antagônicas que reduzem o Estado ao choque de amigos contra inimigos, como num jogo de disputa infantil. A política para esses novos imperadores se resume a uma guerra constante.

Com isso, a própria atividade política perde seu mais alto e maduro objetivo: o espírito republicano. O pior é que a ausência de um comportamento equilibrado passa a ter influência negativa sobre a sociedade, já que a ética da vida pessoal passa a se estender à ética do Estado. De fato, parece que estamos vivendo em um mundo cada vez mais infantilizado, e isso é perigoso, já que o bem comum passa a ficar em segundo plano, prevalecendo tão somente o desejo do poder desses imperadores modernos.

### A frase que foi pronunciada:

“Leitura, antes de mais nada, é estímulo, é exemplo.

Ruth Rocha

### Estranho

» Incompreensível que uma ambulância com placa que não seja do DF seja multada por usar a via BRT. Ambulância leva pacientes de emergência. É preciso revisar esse estatuto.

### Condenação

» Está a caminho da Presidência um texto de projeto de lei que condena ao agressor sexual pagar um ressarcimento à vítima, como parte da condenação. O texto passou pela Câmara dos Deputados, segue para o Senado e a última instância para a análise é a Presidência da República.

### » História de Brasília

Não possuem, até hoje, sequer um lugar comum para morar, é um absurdo. Não há apartamentos, e aqui está uma sugestão para o Cel. Dagoberto. Há diversos prédios particulares construídos, prontos, e que não foram vendidos. Por que não adquirir esses apartamentos de particulares e alugar aos funcionários? (Publicado em 10/4/1962)